

MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO: EMPREGADAS DOMÉSTICAS*

Artigo

Marta Helena Rosa da Silva**

RESUMO: Embora se afirme que a pesquisa acadêmica não trate do assunto raça com a mesma intensidade com que trata do gênero, a pesquisa sobre desigualdade racial se ampliou com estudos sobre a relação entre mulher negra e mercado de trabalho (categoria profissional “empregada doméstica”). Em parte, tal ampliação resulta do fato de que as mulheres negras são maioria nessa categoria. Estudos sobre a condição da mulher negra e trabalhadora no Brasil colonial mostram que tal preferência tem motivações histórico-culturais, e estudos mais recentes revelam que essa condição se perpetuou. Ainda assim, as mulheres negras permanecem na luta pelo reconhecimento de sua importância e em busca de seu espaço profissional e ascensão socio-econômica — que se processa mais lentamente que a do homem negro e da mulher branca. Para que essa situação se modifique é crucial a sociedade admitir o preconceito racial como fato no Brasil e combatê-lo com projetos governamentais de âmbito nacional, estadual e regional para melhorar as condições socioeconômicas da mulher negra e de seus iguais; assim como é crucial o envolvimento da população negra em tais projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito. Raízes histórico-culturais. Escolaridade. Luta. Ascensão socio-econômica.

Introdução

Experiências e projetos apresentados no seminário regional “Racismo e discriminação racial do negro: realidades e experiências locais”¹ suscitaram em nós o desejo de conhecer melhor uma questão que não passava de idéia isolada: a condição da mulher negra no Brasil pelo viés do mercado de trabalho do serviço doméstico.

A categoria “empregada doméstica” ganhou relevo em estudos sobre desigualdade racial por serem as negras as mulheres preferidas para o serviço doméstico. De certa forma, essa projeção converge para o que diz Caldwell (2000) sobre a necessidade de haver mais pesquisas científicas envolvendo os assuntos de raça e gênero, pois embora a discussão sobre gênero esteja sempre em evidência na pesquisa acadêmica, a discussão sobre raça ainda não é tratada com a mesma intensidade. No dizer dessa autora, “a falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero significa que as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas”².

Para Caldwell (2000), “[...] o fato de as mulheres negras constituírem uma pequena minoria nas universidades brasileiras tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra”³. Com efeito, no Brasil a população negra — e não só ela — foi e ainda é excluída do processo de desenvolvimento socioeconômico e da formação escolar desde os primeiros momentos posteriores à assinatura da Lei Áurea, quando os negros saíram da condição “oficial” de escravos para entrarem na de escravos “informais”. Como diz Silva (1992), se a lei liquidou juridicamen-

* Este texto resulta de pesquisa bibliográfica para a elaboração de projeto de pesquisa para o mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

** Licenciada em História; especialista em Filosofia pela UFU.

¹ Seminário realizado pela então Coordenadoria Municipal Afro-racial/Prefeitura Municipal de Uberlândia (COAFRO)/ Secretaria Municipal de Cultura, entre 27 e 28 de abril de 2001.

² CALDWELL, 2000, p. 92-105.

³ Ibidem.

te a escravidão, não se pode dizer que erradicou o preconceito e a discriminação: há fatores que excluem os negros da participação na vida social do país.

Nesse sentido, defendemos uma ampliação das pesquisas sobre o serviço doméstico, porque — segundo Saffioti (1978, p. 17) — no Brasil há uma grande quantidade de mulheres nesse setor e que representam uma porcentagem significativa da População Economicamente Ativa (PEA). Por isso, propomos, aqui, retomar a condição do negro no país para destacar as raízes histórico-culturais do preconceito racial quanto ao cotidiano da mulher negra e trabalhadora e, assim, tanto reconhecer a importância do papel dessa mulher como empregada doméstica no mercado de trabalho quanto entender os conflitos e preconceitos nas relações trabalhistas.

Mulher negra e mercado de trabalho: raízes do preconceito racial

Segundo Gilberto Freyre (2000), quando os portugueses foram à África à procura de negros para trabalharem como escravos no Brasil, encontraram, em certas regiões, povos organizados e culturas adiantadas. “Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos”⁴. Conforme Freyre, os escravos trazidos ao Brasil ensinaram aos portugueses técnicas do trabalho agrícola, agropecuário e minerador próprias do cotidiano das comunidades africanas. “Ora, a esse trabalho e ao da criação de gado e utilização de sua carne e leite, já tinham afeito várias sociedades africanas donde nos vieram escravos em grande massa”⁵.

Foi justamente desse contexto de organização que os negros foram tirados — aproximadamente em 1516 — e trazidos ao Brasil a fim de trabalharem para os portugueses na condição de escravos⁶. Segundo Freyre, ao chegarem foram para as lavouras de cana-de-açúcar, aos cafezais e à mineração. Embora as condições de trabalho oferecidas a eles não tenham sido as melhores, “[...] em certo sentido tornaram-se verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha e conservaram, em grande parte, sua dieta”⁷. Freyre ainda esclarece que o trabalho na lavoura de cana, por ser muito pesado (como os demais trabalhos), exigia força e determinação — determinação não só pelo trabalho, pois tal atividade já era exercida por eles na África; mas se lá eles trabalhavam para a subsistência de suas famílias e aqui trabalhavam como escravos.

Ainda de acordo com Freyre, “a escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de sua família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil”⁸. E como se não bastasse a captura de homens, os portugueses foram buscar as negras africanas para trabalharem em regime de escravidão não apenas nas lavouras, mas também no ambiente doméstico, como amas-de-leite e mucamas. “Vieram [...] da África ‘donas de casa’ para [servirem aos] colonos sem mulher branca”⁹.

No fim do século XVII, segundo Figueiredo, chegaram a São Paulo as primeiras notícias sobre a descoberta de ouro em Minas Gerais. Na corrida pela descoberta e na busca do enriquecimento, grande parte da burguesia paulista deixou São Paulo e rumou para Minas à procura de ouro¹⁰. Nesse contexto de agitação, a presença das mulheres é definida: aparecem trabalhando nas minas como carregadoras de gamelas cheias de pedras para lavagem¹¹ e representavam personagens anônimos no contexto masculino: era como se lhes coubessem só papéis secundários, invisíveis. Reforçava-se, assim, dentre os valores femininos, o da subordinação social, pois elas foram “[...] excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proi-

⁴ FREYRE, 2000, p. 364.

⁵ Ibidem, p. 347.

⁶ MAIA, 1973, p. 22.

⁷ FREYRE, 2000.

⁸ FREYRE, 2000, p. 365.

⁹ Ibidem.

¹⁰ FIGUEIREDO, 1997.

¹¹ Ibidem.

bidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social”¹².

A vida das mulheres trabalhadoras na mineração só poderia ser apresentada em conflitos e negociações entre os grupos empobrecidos de que faziam parte. As instituições representadas pelo poder público procuravam enquadrá-las, proibindo-as de vender quitutes nas ruas das vilas mineiras. Com a crise da mineração, por volta do fim do século XVIII e início do século XIX, a presença feminina cresceu e se acentuou em Minas Gerais, quando alguns indicadores revelam surpreendente predomínio de mulheres. A participação maior da população feminina no exercício do pequeno comércio ambulante nas ruas gerou uma preocupação maior para as autoridades locais — embora estas soubessem da importância das atividades do comércio¹³ “[...] para o precário abastecimento daquela população espalhada por vilas e catas de ouro pelos rios e montanhas da região”¹⁴.

Além de atuarem como ambulantes, as mulheres trabalhavam nas vendas como empregadas e até como proprietárias de estabelecimentos, negociando todos os tipos de mercadorias do gênero alimentício, produtos de limpeza e higiene pessoal. Nas vendas e nas ruas trabalhavam escravas, brancas pobres e negras forras que, de alguma forma, conseguiram se livrar da escravidão. Esses locais eram apropriados para se articularem vários tipos de negócios: “Sob seu teto se tramavam fugas de escravos e aquisição de gêneros para o abastecimento dos quilombos. [Era] Espaço de alegria e lazer, batuques em que se dançavam e cantavam eram ali freqüentemente organizados, e encontros sexuais acertados”¹⁵. O trabalho feminino tomou força e se espalhou por toda a região mineira a ponto de representar perigo na visão das autoridades, pois delitos e crimes aumentaram em razão da maior presença das mulheres nas ruas, avenidas e vendas, negociando mercadorias. A repressão se traduziu na cobrança de tributos, no fechamento das vendas e em outras sanções.

Contudo, o comércio feminino continuou a crescer e com ele a prostituição. Por consequência, muitas crianças já nasciam desclassificadas, marginalizadas e órfãs de pai. Devemos esclarecer que algumas mulheres não se prostituíam por livre e espontânea vontade: na condição de escravas, deviam obedecer; além disso, não havia opção de manutenção da subsistência senão a prostituição. E se algumas não eram obrigadas a tal, prostituíam-se para sustentar os filhos, pois eram solteiras ou viúvas.

A vida das mulheres brasileiras, em particular das negras, não foi fácil. No entanto, elas foram fortes: viveram três séculos de escravidão sob violência física, psicológica e moral. Resistiram e preservaram a cultura africana por meio da fé, tramando fugas e fugindo para os quilombos¹⁶. “A mulher negra sofreu toda forma de atrocidades, que vão desde as mutilações, extirpações, deformações até vingança pessoal levada às últimas consequências”¹⁷.

Para Gryzbowski (2001), a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, condiciona a população negra a ficar à margem da sociedade: sem terras, sem teto, sem perspectivas e sem oportunidades. Isso porque a lei, ao abolir o trabalho escravo, não instaurou a cidadania para a população que conhecia só esse regime de trabalho e estava condenada a ele: “neste sentido, a plena libertação de cidadãos num Brasil realmente democrático depende da plena libertação cidadã de crianças, mulheres, homens e velhos negros”¹⁸.

Mulher negra e mercado de trabalho no Brasil hoje: resquícios de ontem

A situação da população negra no Brasil, em especial das mulheres, não é muito diferente hoje: elas continuam a ser discriminadas embora permaneçam na luta pelo reconhecimento e pela importância de sua raça, com participação nos movimentos feministas e negros, bem como em

¹² FIGUEIREDO, 1997, p. 145-95.

¹³ FIGUEIREDO, 1997.

¹⁴ Ibidem, p. 143.

¹⁵ Ibidem, p. 145-95.

¹⁶ SILVA, 1992, p. 11.

¹⁷ Ibidem, p. 27.

¹⁸ GRYZBOWSKI, 2001, p. 9.

sindicatos, associações de bairro em que são ouvidas, combatem um passado cheio de pesadelos, sofrimentos e marcas indelévels.

Aos poucos as mulheres brasileiras conquistaram espaço na esfera profissional ainda que se deparem com dificuldades e barreiras próprias de uma educação machista e por terem sido preparadas com exclusividade para os afazeres do lar. Souza (1994, p. 43) reconhece que, naquela época, o trabalho fora de casa era de responsabilidade do homem: “às moças, para desempenharem futuramente o papel de rainhas do lar, bastava que soubessem lidar com os afazeres domésticos, cuidar das crianças e produzir peças bordadas ou pintadas”.

Segundo Rago (1985, p. 62), que discute a questão do cotidiano, no começo do século XX — início da industrialização —, o discurso sobre a mulher enfatizava a necessidade de que ela assumisse na íntegra o papel de dona-de-casa e respondesse pela conduta dos filhos e pelo bem-estar do marido. “À mulher cabia [...] atentar aos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia e prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou de desvio”.

No caso das mulheres negras, logo após a abolição — como esclarece Silva (1992) —, elas são as mais discriminadas pela sociedade e se transformam na viga mestra das famílias negras, arcando com a subsistência de sua comunidade. Como os homens negros não conseguiam competir no campo profissional com os imigrantes, não tinham condições de sustentar a família. Silva diz ainda que, ao trocaram as senzalas pelos cortiços da cidade, as mulheres negras tiveram de encontrar forças para enfrentar novas e complexas dificuldades: agora serviam à patroa e não à sinhá e deixaram de ser perseguidas pelo senhor para o serem pelo patrão.

Essa autora afirma que, com dificuldade, as mulheres negras estão conquistando espaço profissional e, na mesma intensidade, buscam ascensão social e econômica embora enfrentem as barreiras criadas pelo preconceito racial — fator que retarda a ascensão e revela a desigualdade entre brancos e negros, seja nas oportunidades educacionais, na participação no mercado de trabalho, na distribuição de renda ou na qualidade de vida em geral. “A ascensão social e econômica da mulher negra se processa em ritmo muito mais lento do que a dos homens negros e da mulher branca” (SILVA, 1992, p. 15).

Essa subordinação feminina relativa à desigualdade do gênero fica mais acirrada quando se trata da mulher negra que precisa competir com o homem negro, com a mulher branca e com o homem branco. Conforme Carneiro (1985), a situação das mulheres no Brasil e em São Paulo não é confortável: com base em dados do Censo de 1980, ela diz que as mulheres negras estão em desvantagem social por questões raciais relativas ao acesso à educação; logo, há diferenças na participação delas ante a participação das demais mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Bento (1985), as mulheres negras têm sido apontadas como as trabalhadoras que mais experimentam a precariedade no mercado de trabalho no Brasil, e não só por serem mulheres, mas também por causa da cor da pele. Essa autora comenta que a remuneração delas é muito mais baixa se comparada com a de outros grupos na mesma categoria; e que há uma concentração maior de mulheres negras em dados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e cujas condições de trabalho são inferiores, mesmo quando elas têm escolaridade elevada.

Mesmo com altos níveis de escolaridade, as mulheres negras não conseguem atingir as etapas de mobilidade social que normalmente são proporcionadas pelo investimento em educação. A sua presença no estrato não manual baixo é importante e significativa; mas, como já foi colocado, o *status* desse grupo ocupacional é bastante limitado, o que dá às mulheres negras poucas possibilidades de melhorar sua situação sócio-econômica como os demais grupos (BENTO, 1995, p. 489).

No que se refere à situação da comunidade negra, Arzabe (1999) afirma que é ainda mais desfavorável. Sua pesquisa revela que crianças e adolescentes negros têm remuneração 30% inferi-

or à de crianças e adolescentes brancos (52% da população infanto-juvenil economicamente ativa), e a jornada de trabalho é superior em duas horas. Essa autora relata ainda que, entre adolescentes brancos, o registro em carteira supera em duas vezes o registro entre adolescentes negros e que estes têm menor taxa de escolaridade quando comparados com aqueles.

Segundo Silva (1992, p. 27), a população negra feminina no Brasil representa quase metade de toda a população. Ela admite que, segundo o Censo brasileiro de 1980, 62% das mulheres negras e 58,2% das pardas ganham um salário mínimo ante 34% de brancas que também recebem salário mínimo. Essa autora argumenta ainda que 80% das mulheres negras trabalham em serviços domésticos.

De acordo com Mello (2002), quase cinco milhões de mulheres brasileiras vivem do serviço doméstico. Essa autora acrescenta que essa modalidade é a profissão mais freqüente da mulher brasileira; e que, mesmo com a crise dos anos de 1990, o emprego doméstico foi o segundo que mais cresceu, perdendo apenas para os ambulantes. Ferreira (2000) corrobora essa constatação ao afirmar que, como campo de trabalho, o emprego doméstico é uma das profissões que mais empregam mulheres no Brasil. Logo, isso contraria a previsão de que o trabalho doméstico desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo, pois esse setor continua a crescer no Brasil.

Como quer Silva, visto que as mulheres negras e pobres vivem numa sociedade movida pelo capital e com pouca ou nenhuma qualificação, não há outra saída exceto recorrerem às diversas formas de subempregos existentes ou ao serviço doméstico por ser uma atividade de ocupação que exige menos qualificação. Com efeito, segundo pesquisa feita na cidade de Araraquara (SP), Saffioti (1978, p. 75) aponta que “a ocupação de doméstica é uma das que menos exige qualificação. Embora as patroas prefiram empregadas alfabetizadas, admitem as analfabetas”.

Acrescenta-se que, segundo Ferreira (2000, p. 49), as meninas pobres no Brasil começam a trabalhar fora de casa muito cedo para aumentarem a renda familiar e encontram no serviço doméstico uma forma de melhorar as condições de vida da família. Os dados de Drumond (s/d) convergem para a constatação de Ferreira; segundo sua pesquisa, a Região Metropolitana de Salvador (BA) abriga quase 35 mil adolescentes trabalhadoras domésticas e que, segundo pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), só em Salvador há mil trabalhadoras na faixa etária de 14 anos e 12 mil com idade entre 14 e 17 anos.

Em Uberlândia (MG), a realidade socio-econômica da população negra é a mesma, e esta continua em desvantagem se comparada com a população de outras etnias. Como aponta Silva (1996, p. 57), em “[...] Uberlândia, as oportunidades ocupacionais, bem como as remunerações, são determinadas por critérios, tais como adscrição racial e não somente por atributos produtivos ou qualitativos”. Para esse autor, a situação da mulher negra é ainda pior porque ela é discriminada no mercado de trabalho: como admitem alguns dos sindicalistas entrevistados por Silva, em Uberlândia, ela é preferida para trabalhar na cozinha.

Permanência do preconceito

Como se vê, as novas gerações de mulheres negras herdaram dos ancestrais a força e a resistência, permanecendo, majoritariamente, na condição de filhas bastardas de uma pátria-mãe pouco gentil sem jamais usufruírem do berço esplêndido reservado a um seletivo grupo de eurodescendentes¹⁹. Isso leva à conclusão de que a situação da população negra brasileira, em especial a situação da mulher, está em desvantagem se comparada com a de outros seguimentos populacionais.

Para Bento, imprensa, políticos e sociedade em geral não se preocupam com tais desigualdades; aliás, tendem a negá-las e atribuir as desvantagens experimentadas pela população negra — sobretudo às mulheres — à baixa escolaridade ou ao despreparo profissional. Se a sociedade brasileira não reconhece a discriminação racial contra o negro, não se pode negar que esta seja fato; e se não há agressão, exposição nem confronto, isso não esconde um movimento para se pôr a popula-

¹⁹ SANTANA, 2002.

ção negra e pobre no devido “lugar”. Eis por que a sociedade deve admitir o preconceito racial como fato no Brasil e procurar combatê-lo com projetos governamentais de âmbito nacional, estadual e regional para melhorar as condições de vida da população negra. Igualmente, essa população deve se envolver em tais projetos para que, ao lado dos proponentes, mudem ou, pelo menos, melhorem suas condições socio-econômicas.

Referências bibliográficas

ARZABE, Patrícia H. M. Erradicação do trabalho infantil: perspectivas de proteção às crianças. In: SÂMARA, Eni de Mesquita. **Trabalho feminino e cidadania**. São Paulo: Humanistas/FFCH/USP, 1999, p. 298.

BENTO, Maria Aparecida S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, vol. 3, n. 2, p. 486-96, 1995.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n. 2, p. 92-105, 2000.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza; COSTA, Albertina G. de O. **Mulher negra; política governamental e a mulher**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

DRUMOND, Kátia. **Vidas de domésticas: direitos e consciência**. Afirmar. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br/vidadedomesticas.htm>>. Acesso em: 28, set. 2005.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia — 1970/1999**. 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: **Casa-grande e Senzala**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GRYZBOWSKI, Cândido. **Desigualdade segundo a cor da pele**. Jornal da Cidadania, n. 101, p. 9, maio/2001.

MAIA, Newton F. **Brasil: laboratório racial**. 5ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973.

MELLO, Hildete P. de. Nas bases da casa e da pirâmide social. **Revista Maria Maria**, ano 4, n. 4, p. 8-11, 2002.

RAGO, Margareth L. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTANA, Olívia. **O negro no mercado de trabalho**. Quais as Perspectivas em Tempos de Globalização. Disponível em: <http://www.faced.ufuba.br/artigos/artigo_olivia>. Acesso em: 4, nov. 2002.

SAFFIOTI, Heleiot I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978. 200p.

SILVA, Benedita. **Toque de mulher negra**. Brasília: Centro de documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1992.

SILVA, Glênio O. da. **O negro no mercado de trabalho em Uberlândia**. 1996. 63 f. Monografia (graduação em Economia). Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SOUZA, Vera L. Puga. **Internatos**. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, ano 1, vol. 1, p. 37-61, 1994.